



República de Moçambique
Presidência da República

Por uma Administração Pública Integra,
contra a Corrupção e Orientada para resultados

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR
OCASIÃO DA REUNIÃO NACIONAL COM OS MEMBROS DOS
CONSELHOS CONSULTIVOS DOS MINISTÉRIOS E CONVIDADOS

Maputo, 13 de Outubro de 2017

Senhora Ministra da Administração Estatal e Função Pública;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Senhores Membros do Conselho de Ministros e Vice-Ministros;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e meus Senhores!

É com particular satisfação que nos dirigimos a todos os presentes nesta Reunião dos dirigentes intermédios da função pública moçambicana.

Refiro-me aos Secretários Permanentes, aos Inspectores Gerais, aos Directores-Gerais, aos Directores Nacionais e seus adjuntos, os Assessores e demais Membros dos Conselhos Consultivos dos Ministérios.

Queremos, por isso, endereçar calorosas saudações a todos os participantes e exprimir a nossa satisfação em participar deste encontro.

Uma saudação especial vai para todos os organizadores desta importante reunião, que realizamos como seguimento das visitas que temos estado a realizar a nível das Províncias e dos Ministérios.

Desde a independência, a dedicação e o trabalho árduo do nosso sector público, juntamente com o sector privado tem permitido que cresçamos de níveis modestos para o nível em que nos encontramos hoje.

Por isso, as primeiras palavras são de valorização da vossa contribuição para os progressos e desenvolvimento do nosso país, pelo que saúdo os vossos esforços, o vosso engajamento.

Minhas Irmãs e Meus Irmãos,

Caros participantes;

Há pouco mais de dois anos e meio, fomos escolhidos pelo povo moçambicano para dirigir um novo ciclo de governação no nosso país.

Nos dias subsequentes à nossa tomada de posse, formámos a equipa governativa que nos ajudaria a dar corpo ao nosso programa de Governação, um programa que resultou do compromisso que assumimos perante os moçambicanos.

Assumimos liderar uma renovação ajustada às prioridades de governação, claramente, plasmadas no nosso Programa Quinquenal.

Daí a escolha do lema: “Por uma Administração Pública Integrada, contra a Corrupção e Orientada para resultados”.

O Programa Quinquenal do Governo deve ser conhecido por todos nós. Ele é a bússola que deve orientar as nossas acções como Governo. É neste instrumento que agregamos as principais aspirações do povo, transformadas em políticas públicas.

Para respondermos cabalmente aos anseios do nosso povo, os nossos planos anuais e as nossas acções do dia-a-dia devem, sempre, ter presente os resultados previstos neste programa de governação.

Contudo, mais importante do que programas e planos bem elaborados, são as pessoas que os vão implementar.

Os executores do nosso programa de governação são os nossos funcionários e agentes do Estado, a todos níveis, cujas lideranças aqui estão representadas.

Esta é a razão da nossa presença neste relevante encontro na nossa governação.

Como Secretários Permanentes, Inspectores, Directores-gerais, Directores Nacionais, a vós, cabe cumprir e fazer cumprir o nosso programa de governação.

É vossa missão, enquanto que gestores de equipas, conduzir os processos, atribuindo tarefas a cada um dos vossos colaboradores e controlando a sua execução completa, oportuna e à medida da satisfação do principal destinatário dos nossos serviços: **o Povo**.

O Director, o Gestor deve liderar, pelo exemplo, porque é nele que os seus colaboradores se inspiram para o cumprimento de cada missão e cada tarefa incumbidas.

A história de Moçambique tem sido caracterizada pela superação de adversidades – é uma vida de enfrentamento de grandes desafios, saindo mais fortes.

Quero assegurar-vos – se é que se deve dizer – que quando o povo moçambicano está determinado e unido, não existe qualquer desafio que seja tão grande, nem mesmo qualquer obstáculo que seja insuperável.

Assumimos que é no Homem, no funcionário que temos que investir para que tenha capacidades suficientes, para exercer uma gestão do aparelho do Estado

íntegro, livre de corrupção, condições fundamentais para se alcançar a meta traçada que é o Desenvolvimento e o bem estar do nosso Povo.

A vossa postura, aliada aos instrumentos de governação de que dispomos, deve materializar a visão de “uma Administração Pública centrada no cidadão, promotora do desenvolvimento e vocacionada para a prestação de serviços de qualidade”.

Caros Compatriotas!

Hoje, já não podemos falar da falta de quadros nas diversas áreas de conhecimento.

A nossa atenção deve incidir em como capitalizar essa capacidade, esse conhecimento existente para melhorar o nosso desempenho como Função Pública e, conseqüentemente como Estado.

Como líderes, é vossa obrigação conhecer cada um dos colaboradores, nos mínimos detalhes, para que saibam transmitir-lhes a confiança e a motivação necessária para o cumprimento exitoso das tarefas.

O bom aproveitamento dos funcionários deve ser a prioridade de cada dirigente.

Saibamos distinguir quem é bom quadro, dentre muitos que nos rodeiam e saibamos valorizar.

O bom quadro é aquele que apresenta talento e virtudes.

O bom funcionário é aquele que é leal, valente e hábil no seu trabalho.

É o funcionário profissionalmente competente, com integridade moral e com confiança do nosso povo.

A **integridade** é a nossa capacidade de assumir compromissos sérios, que fizemos connosco mesmos e manter os que assumimos com os outros.

Integridade é fazer o que dizemos.

Nós queremos funcionários firmes **nas** suas convicções, que trabalham de forma diligente e pragmática, responsável e honesta.

Cada um de nós deve lutar para ser o melhor, portanto, para ser o bom funcionário, o bom dirigente e só assim elevaremos a qualidade e a excelência da nossa instituição, da instituição que dirigimos.

Os bons funcionários não surgem ao acaso.

A excelência de um quadro requer o esforço individual de cada um e da formação que lhe é oferecida.

O esforço individual é essencial para o próprio crescimento.

Cada instituição que dirigimos deve dar grande ênfase à formação dos funcionários, devendo incluir na formação os aspectos de educação patriótica,

padrões morais para elevar a consciência sobre os objetivos fundamentais de cada sector.

A forma mais produtiva e menos dispendiosa de formar os nossos funcionários é a manutenção do diálogo frequente com eles, apontando-lhes deficiências e estimulando-os sempre que necessário.

Outro aspecto necessário é como fazemos uso dos funcionários que temos ao nosso redor.

O correcto uso de funcionários competentes atrai a outros competentes ou serve de exemplo para outros.

É preciso conhecer bem cada um dos nossos funcionários, os seus pontos fracos e fortes e explorar as vantagens para cada caso.

Não devemos, caros dirigentes, nomear ou colocar um determinado funcionário num sector, se não o conhecemos o suficiente, sob várias perspectivas.

As promoções dos funcionários não devem apenas depender unicamente do crescimento dos indicadores, nem pelo simples tempo de serviço.

Isso sim! Mas deve-se considerar o seu mérito e a sua competência.

Como funcionários e gestores da Administração pública, devemos observar alguns princípios que são fundamentais, alguns dos quais passamos a seguir recordar:

A **legalidade** - que nos remete a uma acção no exercício das nossas funções dentro da lei.

No exercício da sua actividade, o funcionário público deve ser **justo e imparcial**.

Isso elimina a tendência de tomada de decisões que visam o seu próprio interesse.

Outro princípio que merece destaque é a **transparência** que nos obriga a fornecer informações sobre a actividade administrativa que realizamos.

O bom gestor público é igualmente aquele que observa uma sequência jurídica ordenada e formalidades dos actos. É preciso prever acções, isto é, **planificar**, assegurar uma **gestão financeira** correcta, baseada na **responsabilidade e prestação de contas**.

O outro aspecto essencial para o sucesso de qualquer instituição é a **gestão dos recursos humanos**. Esta gestão, que é a associação da habilidade e métodos, políticas, técnicas e práticas, visa influenciar os colaboradores para os resultados que pretendemos alcançar.

Durante a vossa reunião deverão debater, em profundidade, a **gestão do património**. É esta gestão que, quando é mal feita, inflige custos às instituições ou alimenta actos de corrupção.

A gestão do património inicia com a **planificação**, para que os recursos financeiros sejam aplicados de forma racional.

Segue a **aquisição**, que quando é feita sem os devidos precedentes, implica má qualidade ou processos de realização não concluído ou mesmo sobrefacturações e mais. É daí que surgem obras de má qualidade, produtos pagos mas não fornecidos, prestação de serviços com preços escandalosamente altos, e mais...

Sobre o património que possuímos, uma vez adquirido, deve ser **inventariado, classificado e registado**. Um dos factores que muitas das vezes contribui para o envelhecimento precoce do património é a falta da **cultura de manutenção**. A falta de manutenção pode ser negativamente premeditada para implicar aquisições repetidas.

Outro aspecto que gostaríamos de considerar para a atenção dos nossos dirigentes é a **gestão pessoal**. Queremos referir-nos à gestão de nós mesmos. A gestão é muito diferente de liderança. **Liderança** é mais do que uma arte que se baseia numa filosofia. A **gestão** é a divisão em partes. A análise, o sequenciamento, a aplicação específica que leva ao autogoverno eficaz. A capacidade de gerir determina a qualidade.

Muitas vezes, o dirigente não distingue os dois factores que definem o carácter duma actividade que pretendemos realizar que são: a ***urgência e a importância***. Perdemos tempo a fazer o que não é urgente ou o que é urgente mas não é importante, ou transformamos em não urgente o que é importante.

Por vezes, pensamos, ainda, que o termo gestão de tempo significa excelência. O nosso desafio não deve ser apenas o de gerir o tempo. Deve ser sim gerir a pessoa. A *nossa própria gestão*.

Pode ser *urgente e importante* gerir crises, problemas ou projectos com prazos marcados. Pode ser *urgente mas não importante* atender uma chamada telefónica, ler alguns relatórios ou uma correspondência. A actividade *urgente* deve exigir a atenção imediata do gestor e a *importante* tem a ver com resultados e contribui para a nossa Missão.

Queremos chamar atenção para que, no dia-a-dia, aprimorem uma gestão eficaz, isto é, dar prioridade ao mais importante. Enquanto a liderança resolve o que é “MAIS IMPORTANTE”, a gestão põe o mais importante em primeiro lugar.

Gestão, como dissemos, é um conjunto de princípios, de valores, a gestão da disciplina e vontade de fazer o bem. Daí que a exigimos de cada um dos nossos dirigentes.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Depois de chamar a atenção sobre o nosso desejo de qualidade do funcionário e abordar sobre o perfil do dirigente para os desafios que pretendemos vencer, permitam e aqui, que escolha como tema, o maior desafio que enfrentamos, como povo, hoje – a corrupção.

Não pretendemos que deste discurso venham elogios, estamos a trabalhar, estamos a dizer, directamente, a quem deve combater a corrupção, a quem não deve praticar a corrupção.

A corrupção é uma doença tem carcomido a nossa sociedade, retardou o nosso desenvolvimento e denegriu a nossa reputação durante muito tempo.

Pois vejamos, os índices de corrupção que se apresentam no País que são muito elevados e assustadores.

A nível dos treze países da SADC, Moçambique ocupa o quinto lugar entre os países mais corruptos da região.

Deixa atrás Angola, República Democrática do Congo, Zimbabwe e Madagáscar.

A nível mundial, em 2016, regredimos, ocupando a centésima quadragésima segunda posição, com vinte e sete pontos contra a centésima décima primeira posição, em 2015, com trinta e um pontos.

Como se pode depreender, o cenário é preocupante, apesar de avanços significativos que registamos nos últimos dois anos.

Em 2016, o Ministério Público, através do Gabinete Central de Combate à Corrupção, tramitou 1235 processos-crime, contra 1051, em 2015.

Os dados relativos aos processos de peculato indiciam um prejuízo para o Estado no valor de Quatrocentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e quinze mil, novecentos e sessenta e oito meticais e noventa e cinco centavos.

Acreditamos que este valor é aquém da realidade, daí a razão da nossa maior preocupação.

A nossa indignação é também o facto de as províncias de Nampula, Cidade de Maputo e a Província de Sofala liderarem, respectivamente, actos de corrupção segundo as estatísticas em nosso poder.

Senhoras e Senhores Dirigentes,

Conforme afirmei recentemente, *“não deve haver qualquer dúvida de espécie alguma: a luta contra a corrupção é o mais urgente e crucial”*.

Tal como no passado, em que nos unimos para ultrapassar os desafios enfrentados, devemos-nos unir para livrarmos Moçambique deste mal de uma vez por todas.

A luta contra a corrupção deve ser travada pelos e para os moçambicanos.

A corrupção é uma realidade global antiga e penetrante – é uma doença universal.

O seu impacto é adverso.

Ela é sentida e se apresenta de forma desproporcional, nos países em desenvolvimento, com suas instituições ainda jovens, democracias incipientes, capacidades de acção menores e com a pobreza generalizada.

Nos países pobres, a corrupção apresenta-se como um ciclo vicioso. As pessoas são corruptas porque são pobres e são pobres devido à corrupção ou devido a más práticas de governação. O ciclo vicioso deve ser quebrado e isto depende deste

corpo de dirigentes intermédios. Esta massa pensante moçambicana deve verticalmente mudar de paradigma.

Esta luta é tão crucial porque os custos da corrupção são evidentes. Apesar de que ao nível individual possa parecer que um acto de pedir um pequeno suborno não prejudique, ou se considere de pouca monta, porém o seu efeito cumulativo é, exactamente, o contrário.

Os danos e a honra do país que criamos é incomensurável.

É verdade que estamos a dar passos determinantes nesta batalha contra a Corrupção como acima nos referimos, mas precisamos de fazer muito mais.

De Janeiro deste ano a este momento, foram tramitados mais de quatrocentos e cinquenta e sete processos.

Dentre os envolvidos, figuram governantes, edis dos municípios, diplomatas, administradores,

conselhos de administração das empresas públicas.

Caros compatriotas,

Nesta empreitada, convidamos a participação activa e patriota de todos os órgãos de justiça e de legislação.

Precisamos de andar todos na mesma velocidade e só assim poderemos lograr sucessos que beneficiarão a todos os moçambicanos.

Por isso, venho aqui com uma mensagem objectiva através de vocês, para todos os moçambicanos.

Quer seja no sector público ou privado, uma “comissão” de um bilião de dólares americanos ou um suborno de apenas cinquenta meticais: Moçambique não vai tolerar é corrupção na mesma.

O meu Governo, que são vocês, deve ser implacável contra a corrupção.

Não esperem mais uma outra orientação.

A corrupção é um cancro que progressivamente dizima a nossa sociedade, devendo, por isso, ser resteadado e energicamente combatido.

Apesar de a luta não constituir descoberta, o combate à corrupção, queremos torná-la a nossa prioridade.

Senhoras e Senhores;

Estimados Gestores do Estado,

Como país em desenvolvimento, não podemos permitir que qualquer dos nossos preciosos recursos se deite a perder.

O papel das nossas instituições é garantir que os nossos activos estejam em benefício de muitos, ao invés duma minoria.

As nossas instituições devem impulsionar o desenvolvimento nacional.

Ao longo da década passada, avançamos bastante na nossa reforma do sector público, mas ainda há muito por fazer.

Temos que tornar as nossas instituições mais profissionais para que cada um no seu sector seja um facilitador efectivo e eficiente da governação inclusiva.

Estamos, igualmente, a trabalhar activamente para reduzir o excesso de burocracia no Governo, aumentando a velocidade e a facilidade com que as pessoas acedem aos serviços públicos.

A redução da burocracia irá melhorar o ambiente de negócios para as famílias, para os empresários e para os grandes investidores nacionais e internacionais.

Estes esforços fazem parte da nossa convicção nos valores da integridade, transparência e responsabilização.

Estamos a trabalhar rumo a uma governação, cujos processos sejam claros e abertos aos observadores, onde o público esteja consciente sobre quem toma decisões e onde os que cometem erros sejam responsabilizados.

Devemos e iremos garantir a todos os moçambicanos e aos nossos amigos em todo o mundo que o nosso compromisso com estes valores é absoluto e resolutivo sem tréguas.

Caros Funcionários Públicos,

Escolhi fazer esta intervenção perante esta audiência porque vejo a todos vós como executores naturais nesta empreitada crucial e histórica.

Funcionários e Dirigentes Públicos que são, a vossa responsabilidade primordial é servir ao povo e na nossa tradição de dedicação, empenho e abnegação para com o povo, apelo-vos a juntarem-se a mim, hoje, nesta batalha pelo desenvolvimento.

Nunca existe um bom momento para a tomada de decisões difíceis.

Já dissemos que não podemos dirigir em forma de campanhas ou em forma de projectos.

Existem leis capazes de nos suportar no processo de tomada de medidas difíceis, incluindo contra a corrupção.

Temos:

- A Lei Nº 9/2002 – Lei do Sistema Administrativo Financeiro do Estado (SISTAFE);
- A Lei Nº 6/2004 – Lei de Combate à Corrupção;

- A Lei Nº 14/2009 – Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado;
- A Lei Nº 14/2012 – Lei Orgânica do Ministério Público;
- A Lei Nº 16/2012 – Lei de Probidade Pública;
- Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, de que Moçambique é signatário;
- Normas de Ética e Deontologia para Funcionários exercendo Cargos de Direcção e Chefia;
- Lei de Branqueamento de Capitais, entre outras leis, convenções e decretos que regulam o combate à corrupção.

Como se pode ver, os instrumentos de trabalho já existem, contudo, os actos continuam e conhecemos. Cada um de nós, a partir de hoje, deve atacar manifestações de corrupção ou actos de má governação no seu sector.

Estimados Funcionários e Agentes do Estado,

Quero recordar o meu hino desde que fui eleito, que é: “o povo é o meu patrão”. Respondo perante o povo moçambicano, pois é a ele a quem sirvo. Acredito nisto com toda a fibra do meu ser. É isto que me impulsiona todos os dias.

Esta responsabilidade perante o povo não deve ser somente do Presidente.

Todos e cada um de nós, funcionários públicos, respondemos perante o povo moçambicano.

O povo não é só o meu patrão – o Povo é patrão do Ministro, do Governador, do Secretário Permanente, do Inspector, do Director Nacional, Provincial ou Distrital; o Povo é Patrão do Administrador, do Chefe do Posto, da Localidade, de todos nós.

O povo emprega também o gestor do sector público, o Reitor da Universidade pública, o director da escola, do hospital.

O Povo é cliente do sector privado que merece respeito. Não se rouba ao seu patrão. Não se pede suborno ao seu patrão. Não se pode extorquir ao seu patrão. Se assim o fizerem, as consequências são óbvias.

Qualquer funcionário público, desde o ministro mais sénior até ao mais novo agente da polícia, funcionário do registo e notariado, funcionário da saúde que vende medicamento, funcionário de educação que pratica a venda de nota ou do exame, que matricula o aluno em troca de favores ou fabrica horas extras, oficial da migração que continuar com as práticas erradas, envolvendo-se em ilegalidades, subornos, extorsões e outros maus comportamentos, independentemente da sua dimensão, deve ser chamado à responsabilidade judicial. Quem chama à responsabilidade são vocês.

Referimo-nos igualmente aos sectores do sistema de gestão das finanças públicas, os que gerem os processos das aquisições públicas, gestão dos recursos humanos, que, por vezes, fabricam funcionários fantasmas, o sector judicial, serviços das alfândegas, de migração, escolas de condução, diferentes tipos de licenças para o exercício de qualquer actividade, entre outras práticas ilícitas.

Não deve haver compromisso no seio desta equipa seleccionada para governar durante este ciclo.

Tenhamos o orgulho de transformar Moçambique numa terra livre da corrupção, assim como o tornámos livre do colonialismo ou de minas ante-pessoais.

Moçambique, convosco, deve figurar na lista das terras com boas práticas de governação.

Outro aspecto que requer especial atenção é o facto de a corrupção ser praticada por membros do sector público, tanto como os do sector privado, envolvendo-se em comportamentos ilegais e não éticos.

Por isso, combater a corrupção implica também uma parceria público-privada.

O sector privado deve sensibilizar todos os que o rodeiam nesta luta comum contra a corrupção, mesmo que estes se manifestem na condição de corruptores.

Ninguém está imune. Ninguém está acima da lei.

Caros compatriotas!

Todos nós aceitamos entrar no Governo com uma visão de construir um Moçambique, unido, forte e próspero para todos.

Sei disso porque estão na minha governação por convite, para cumprir uma agenda definida e concordaram com ela.

Estas medidas que apontamos constituem um passo crucial na concretização do nosso sonho comum.

Não será tarefa fácil, por vezes até será doloroso, mas será necessário para o nosso florescimento.

Todos devemos estar empenhados em construir um Moçambique com base na transparência, responsabilização e integridade.

Um país em que todos os cidadãos acreditam no contínuo melhoramento da sua qualidade de vida, em que os nossos parceiros internacionais possam estar confiantes de que o seu apoio e as rendas do seu investimento vão tocar, directamente, na vida do cidadão moçambicano.

Compatriotas,

Senhoras e Senhores Gestores Públicos!

Os Directores são um importante elo de ligação entre as instâncias superiores e a base onde se encontra o grosso de executores, cujo desempenho determina o sucesso ou fracasso de uma missão e, porque não, de uma governação.

Assim, é fundamental que, antes de cumprir ou fazer cumprir uma missão, compreendam a ideia que lhe está subjacente, contactando, sempre que necessário, os superiores hierárquicos.

O sucesso da nossa missão, caros gestores, vai ser aferido não somente pelo mero cumprimento das tarefas plasmadas nos nossos programas e planos, mas também e, sobretudo, pelo grau de satisfação da população pelos serviços que prestamos.

Ao convocarmos esta reunião é nosso objectivo primário:

(i) chamar a vossa atenção, quanto à importância e ao papel das lideranças intermédias no cumprimento dos compromissos que assumimos junto do povo moçambicano;

(ii) reflectir convosco sobre as melhores formas de cumprir o nosso Programa Quinquenal do Governo, mesmo sabendo que o elaboramos com base em pressupostos diferentes da realidade em que vivemos, neste momento em que implementamos o programa;

(iii) ouvir as vossas reflexões sobre as nossas realizações, mas também sobre o que terá corrido menos bem e o que poderíamos fazer melhor para aumentar a eficiência e maximizar os poucos recursos disponíveis para ir satisfazendo as necessidades do nosso povo; e

(iv) ouvir dos Directores sobre a melhor estratégia de mobilização de recursos e parcerias para a implementação do nosso PQG, num contexto de poucos fluxos de financiamentos ou ajudas externas, a que estávamos habituados.

Ao abordar a questão da corrupção, queremos deixar bem claras as seguintes acções a seguir:

- (i) Cada um dos dirigentes deve formular o seu Plano de Acção Anti-corrupção e submeter ao seu responsável hierarquicamente superior para a monitoria, avaliação e controle;
- (ii) Promover um movimento activo e transparente com os grupos interessados, através do acesso à informação aberta como forma de prestação de contas;
- (iii) Promover na dimensão de cada instituição, capacidades de cada funcionário para o combate à corrupção;
- (iv) A necessidade de promover debates sobre os males da corrupção com a sociedade civil, incluindo os políticos e os religiosos;
- (v) Os orçamentos elaborados para o funcionamento dos sectores devem incluir actividades que visam combater a corrupção;
- (vi) Estabelecer mecanismos que concorram para a redução da burocracia, trabalhando para a redução dos passos para se obter a documentação necessária como forma de evitar jogos de favores;
- (vii) Promover, de forma estruturada, conteúdos nos programas escolares que formem o homem novo contra a corrupção e construir nos adultos uma mentalidade de anti-corrupção na sociedade.

Todo o nosso dirigente deve ser caracterizado pelo espírito de DEVER, HONRA e amor à PÁTRIA.

O sentido de DEVER, de HONRA e amor à PÁTRIA formam o carácter do dirigente que Moçambique precisa.

Por isso, este nosso encontro com a espinha dorsal da Administração Pública moçambicana é uma oportunidade soberba para podermos discutir fórmulas necessárias para a satisfação do povo, que connosco fez o programa.

Estamos cientes da limitação de recursos, por isso os poucos meios disponíveis devem ser utilizados racionalmente.

Tal impõe que, como dirigentes, tenhamos clareza do papel que deve ser desempenhado por cada um, de modo a que o que foi planificado seja correcta e, cabalmente, realizado.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Concluo dizendo: a 25 de Outubro corrente, iremos lançar a nossa campanha agrária 2017/2018.

A campanha passada e ainda em curso foi monitorada por cada um de nós.

Quero agradecer o empenho e a entrega, mas o mais gratificante será fazer dos erros passados e dos aspectos fortes alcançados a nossa inspiração para fazer da próxima campanha a melhor de todas.

Precisamos de construir uma economia forte, robusta e competitiva.

Fazemos votos que as abordagens sejam abertas e construtivas e que cada um de vós saia deste encontro municiado de informações, conhecimentos e com bravura que vos permitam melhorar o nosso desempenho colectivo.

Com estas palavras, temos a honra de declarar aberta a **Primeira Reunião Nacional com os Secretários Permanentes, Inspectores, Directores Gerais e Nacionais e Chefes de Departamento.**

Muito obrigado pela vossa atenção!